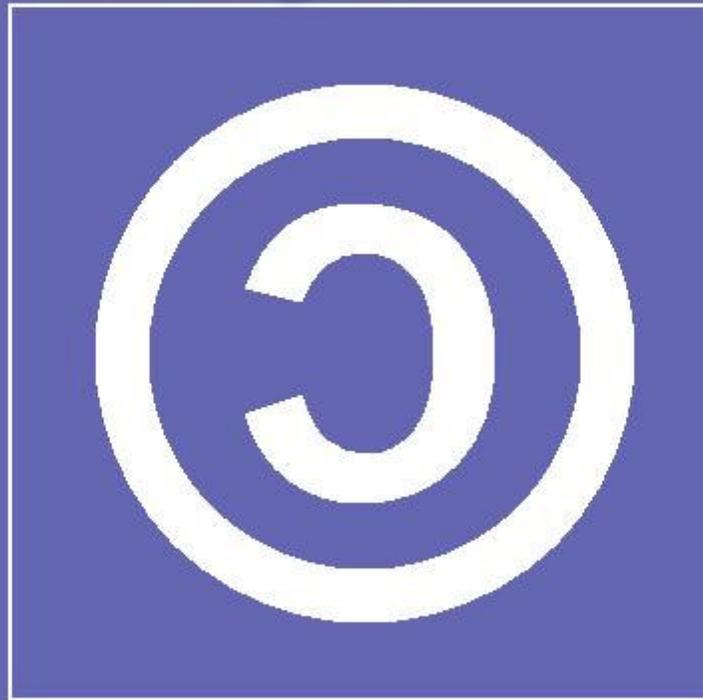


wu ming

O copyleft explicado às crianças



il copyleft spiegato ai bambini
copyleft explained to children
el copyleft explicado a los niños

eBooksBrasil

O Copyleft Explicado Às Crianças
Wu Ming

Versão para eBook
eBooksBrasil.com

Fonte Digital
www.wumingfoundation.com

© copyleft 2003 — Wu Ming

Índice

Prefácio do Editor — pg. 4

O COPYLEFT EXPLICADO ÀS CRIANÇAS — pg. 8

O copyleft explicado às crianças — pg. 9

Tradução eBooksBrasil

Il copyleft spiegato ai bambini — pg. 18

Texto original de Wu Ming 1

Copyleft explained to children — pg. 26

Sem menção do tradutor

El copyleft explicado a los niños — pg. 33

Traducción de José Luis Aznarte M.

Prefácio do Editor

Dos textos disponíveis no website da wumingfoundation (www.wumingfoundation.com), selecionamos este, para publicação isolada. Primeiro, porque é curtinho. Segundo, porque em poucas e boas palavras deixa bem claro o que é copyleft e porque o conceito é importante, quer para a proteção dos direitos dos leitores, quer para a proteção dos direitos dos autores.

Está publicado em italiano, no original, e em suas traduções em inglês, espanhol, além de em português, porque sabemos que o eBooksBrasil.com tem leitores multilíngües:)

A maior importância do conceito de “copyleft” a nosso ver é deixar patente as mudanças que vêm ocorrendo no campo do direito autoral, na difusão dos frutos do engenho humano, sob o impacto das novas tecnologias “democratizantes”. Coloca a nu as limitações de concepções antiquadas do “copyright”, que, em última instância, impediriam *qualquer* reprodução, a fim lucrativo ou não, das obras.

Chegou-se ao ponto, imaginem, de protestos de editores junto à Amazon.com, quando esta livraria online resolveu inaugurar uma seção de livros usados. Certamente os editores achavam que os leitores que comprassem livros de segunda mão estariam “roubando” preciosos “lucros potenciais”.

Por outro lado, é importante notar que também de outro lado há os que crêm que tudo na internet está à disposição, para se pegar e lucrar! Que as novas tecnologias estão aí para serem utilizadas e que, sendo tão fácil “queimar CDs”, exigir senhas para áreas restritas de sites, e “se apropriar” de conteúdos graças aos programas e hardwares a que têm acesso, podem sair a torto e a direito “distribuindo” o que, por estar na internet, julgam “res nullius”, que podem ser apropriadas, mesmo coisas que são “res extra commercium” (não podem ser comercializadas de forma alguma) e não apenas “nec commercium” (não para comércio, mas podem eventualmente serem comercializadas sob certas condições).

E, claro, cobrando por essa “distribuição”.

O conceito de “copyleft” resgata aqueles que já estavam presentes nos primórdios do Direito Romano (Cf. Jacques Ellul, *Historia de las Instituciones de la Antigüedad*, Aguilar, 1970 – *Histoire des Institutions*, Tome I, PUF, 1967),

perdidos na sociedade mercantil dos dias atuais, na qual até as “res divini juris” (*res sacræ, res religiosæ, res sanctæ*), mais até que outras(!), foram postas *in commercium*.

Deixa claro que a obra tem, sim, “copyright” (no sentido estrito de direito autoral, não do amplo, que vem adquirindo, de mero direito patrimonial) e leva uma clara interdição (vedado o comércio, que, a mim, me pareceria mais adequado do que “fins de lucro”, que pode suscitar discussões de intencionalidade).

Como diria a madre superiora: “a virtude, minha filha, está no meio”.

O conceito de “copyleft” estabelece este meio termo com precisão.

O mais, são firulas, rabulices, processos a sustentar, por anos, causídicos e oficiais de justiça, togados, boa parte deles absolutos analfabitas*, em detrimento das partes realmente interessadas: os autores, leitores e, eventualmente, nos tempos atuais, editores.

Isso dito, uma ressalva: apesar de concordar com o conceito de “copyleft”, e ajudar a difundir-lo, como o fazemos agora, no eBooksBrasil.com continuaremos a utilizar (para entendimento dos mais conservadores;) o termo “copyright”, com a gratuidade para uso pessoal e a expressa

interdição de uso comercial, lembrando sempre que o copyright pertence ao Autor; a tradução ao tradutor e a edição ao Editor, no caso, eBooksBrasil.com.

E, como detentores do copyright, podem fazer o que bem entenderem com os direitos patrimoniais relacionados à sua obra, ao seu trabalho, inclusive colocá-la em “copyleft”, como eBooksBrasil.com vem fazendo desde outubro de 1999.

eBooksBrasil

(*) – neologismo óbvio: refiro-me aos “analfabetos” em bits.

O COPYLEFT EXPLICADO ÀS CRIANÇAS



Wu Ming 1

**Do “Livreto” inserido na revista “Il Mucchio Selvaggio”, n.
526, de 25 a 31 março 2003:**

O copyleft explicado às crianças

**Para tirar de campo alguns equívocos
por Wu Ming 1**

“Mas se qualquer um pode copiar seus livros e fazê-lo sem comprá-los, como vocês sobrevivem?” Esta pergunta é feita freqüentemente, na maioria das vezes seguida desta observação: “Mas o copyright é necessário, é preciso proteger o autor!”.

Este tipo de enunciado revela quanta fumaça e quanta areia a cultura dominante (baseada no princípio da propriedade) e a indústria do entretenimento conseguiram lançar nos olhos do público. Nos media e nos encéfalos campeia a ideologia cunfusionista em matéria de direitos autorais e de propriedade intelectual, apesar do renascer dos movimentos e as transformações em curso os estarem pondo em crise. Só aos sangue-sugas e aos parasitas de toda espécie é cômodo fazer crer que “copyright” e “direito autoral” são a mesma coisa, ou que a contraposição seja entre “direito autoral” e “pirataria”. Não é assim.

Os livros do coletivo Wu Ming são publicados com os seguintes dizeres: “É permitida a reprodução, parcial ou total, da obra e a sua difusão por via telemática para uso pessoal dos leitores, desde que não com finalidade comercial”. Na base está o conceito de “copyleft” inventado nos anos Oitenta pelo “free software movement” de Richard Stallman e companhia e atualmente difundido em tantos setores da comunicação e da criatividade, da informação científica às artes.



“Copyleft” (denso jogo de palavras intraduzível em italiano*) é uma filosofia que se traduz em vários tipos de licenças comerciais, a primeira das quais foi a GPL [GNU Public License] do software livre, nascida para proteger este último e impedir que qualquer um (Microsoft, para mencionar um nome ao acaso) se apossasse, privatizando-os, dos resultados do trabalho da livre comunidade dos usuários (para quem não o sabe, o software livre tem o “código-fonte aberto”, o que o torna potencialmente controlável, modificável e aprimorável pelo usuário, sozinho ou em colaboração com outros).

Se o software livre tivesse permanecido simplesmente em domínio público, cedo ou tarde

os rapaces da indústria o teriam colocado sob suas garras. A solução foi *virar o copyright pelo avesso*, para transformá-lo de obstáculo à livre reprodução em suprema garantia desta última. Em poucas palavras: ponho o copyright, uma vez que sou proprietário desta obra, portanto aproveito deste poder para dizer que com esta obra você pode fazer o que quiser, pode copiá-la, difundi-la, modificá-la, mas não pode impedir outro de fazê-lo, isto é não pode *apropriar-se* dela e impedir sua circulação, não pode colocar nela um copyright seu, porque ela já tem um, me pertence, e eu te enrabo.

Concretamente: um cidadão comum, se não tem o dinheiro para comprar um livro do Wu Ming ou não o quer comprar às escuras, pode tranqüilamente fotocopiá-lo ou passá-lo por um scanner com software OCR, ou — solução muito mais cômoda — pegá-lo grátis do nosso sítio www.wumingfoundation.com. Esta reprodução não é visando lucro, e nós a autorizamos. Se em vez disso um editor estrangeiro quer fazê-lo traduzir e comercializá-lo em seu país, ou se um produtor cinematográfico quer fazer dele roteiro de um filme, neste caso a utilização visa lucro, portanto estes senhores deverão pagar (porque é justo que “lucremos” nós também, já que nós é que escrevemos o livro).

Voltanto à pergunta inicial: mas não perdemos dinheiro com isso?

A resposta é um seco não. Cada vez mais experiências editoriais demonstram que a lógica “cópia pirateada = cópia não vendida” de lógico não tem mesmo nada. De outro modo não se compreenderia como pôde o nosso romance Q, disponível grátis há mais de três anos, ter chegado à duodécima edição e superado duzentas mil cópias vendidas.

Em realidade, editorialmente, quanto mais um obra circula, mais vende. Exemplos dignos de respeito nos vêm dos USA — que seguramente são um país obsesionado pela propriedade intelectual — e foram expostos com cristalina precisão pelo meu colega Wu Ming 2 em um artigo que você pode ler aqui: http://www.wumingfoundation.com/italiano/Giap/giap2_IV.html#copyright1

Mesmo sem incomodar o Massachusetts Institute of Technology, basta trocar em miúdos o que acontece com nossos livros: um usuário X se conecta ao nosso sítio e pega, digamos, 54; faz isso do escritório ou da universidade, e quando imprime, não gasta um centavo; lê e gosta; gosta tanto que decide dá-lo de presente, e não pode fazer o papelão de dar de presente uma resma de papel A4! Por isso, vai a uma livraria e compra.

Uma cópia “pirateada” = uma cópia vendida. Há quem tenha pego um livro nosso e, depois de lê-lo, o deu de presente pelo menos seis ou sete vezes. Uma cópia “piratata” = mais cópias vendidas. Mesmo quem não dá o livro de presente, porque está sem dinheiro, como gostou do livro, fala dele por aí e cedo ou tarde alguém o comprará ou fará como foi descrito acima (download-leitura-compra-presente). Se alguém não gostar do livro, pelo menos não terá gasto um tostão.

Deste modo, como acontece com o software livre e com o Open Source, concilia-se a exigência de uma justa compensação pelo trabalho desenvolvido por um autor (ou mais genericamente de um trabalhador do conhecimento) com a proteção da reproductibilidade da obra (isto é do seu *uso social*). Exalta-se o direito autoral deprimindo o copyright, na cara dos que crêem que são a mesma coisa.

Se a maioria dos editores não se apercebeu ainda desta realidade e ainda é conservadora em matéria de copyright, é por questão mais ideológica que mercantil, mas acreditamos que não tardarão a acordar. A editoração não está em risco de extinção como a indústria fonográfica: a lógica é outra, outros os suportes, outros os circuitos, outro o modo de fruição, e sobretudo a

editoração não perdeu ainda a cabeça, não reagiu com retaliações em massa, denúncias e processos à grande revolução tecnológica que “democratiza” o acesso aos meios de reprodução. Há alguns anos uma masterização de cd só a tinha à disposição uma gravadora, hoje a temos em casa, em nosso computador pessoal. Para não falar do *peer-to-peer* etc. Esta é uma mudança irreversível, frente à qual toda a legislação sobre propriedade intelectual se torna obsoleta, vai em putrefação.

Quando o copyright foi introduzido, há três séculos, não existia nenhuma possibilidade de “cópia privada” ou de “reprodução sem fins de lucro”, porque só um editor concorrente tinha acesso às máquinas tipográficas. Todos os demais só podiam ficar quietinhos e, se não podiam comprá-los, simplesmente renunciar aos livros. O copyright não era percebido como anti-social, era a arma de um empresário contra um outro, não de um empresário contra o público. Hoje a situação está drasticamente mudada, o público não está mais obrigado a ficar quietinho, tem acesso ao maquinário (computador, fotocopiadoras etc.) e o copyright é uma arma que dispara na multidão.

Haveria ainda um outro assunto a tratar, muito mais importante: partimos do reconhecimento da gênese social do saber. Ninguém tem idéias que não tenham sido direta

ou indiretamente influenciadas por suas relações sociais, pela comunidade de que faz parte etc. e então se a gênese é social também o uso deve permanecer tal qual. Mas este é um assunto muito longo. Espero ter me explicado bem. Para esclarecimentos ulteriores:
giap@wumingfoundation.com

Para ulteriores esclarecimentos (lista de links feita por Wu Ming 1 e Wu Ming 2):

O que é a SIAE e como é gerida:

<http://www.report.rai.it/2liv.asp?s=82>

O copyleft: uma explicação exhaustiva:

<http://www.internazionale.it/copyleft.html>

Sobre software livre:

<http://www.gnu.org/home.it.html>

<http://www.softwarelibero.it/>

Arquivo dos livros de download grátis (italiano):

<http://www.liberliber.it/>

O maior arquivo on-line de materiais de domínio público:

<http://www.archive.org/>

Para manter-se atualizado sobre esta temática:

<http://www.zeusnews.it/>

<http://www.puntoinformatico.it/>

<http://www.quintostato.it/>

<http://www.apogeonline.com/>

A primeira casa editora de literatura a colocar todos os seus títulos para download gratuito:

<http://www.baen.com/>

O projeto do MIT para colocar on-line todo o material didático dos cursos:

<http://ocw.mit.edu/>

Site sobre *peer-to-peer*, experimentos de "editoria livre", copyleft na indústria do entretenimento:

<http://www.openp2p.com/>

Nota:

(*) – Left (esquerda) pode se contrapor a right: direita, mas também direito. Copyright seria, a uma só vez, direito de copiar, mas também cópia de direita. Ainda mais, left pode ser o passado de leave (deixar), significando cópia deixada, no sentido de deixar copiar. Estes sentidos escapam também em português, não apenas em italiano.

Esses jogos de palavras, sintéticos, são interessantes e, muitas vezes, exprimem melhor o pensamento do que complexas expressões lineares. Nesta tradução, por exemplo, fui muito (muito mesmo!) tentado a traduzir “espiegato ai bambini” por “explicado aos miúdos”, trocadilhando com nossa língua comum, nem tão comum, de lusitanos e portugueses d’aquém-mar:) — [NT]

Dall'inserto "Booklet" della rivista "Il Mucchio Selvaggio", n. 526, dal 25 al 31 marzo 2003:

Il copyleft spiegato ai bambini

**Per sgombrare il campo da alcuni equivoci
di Wu Ming 1**

“Ma se chiunque può copiare i vostri libri e fare a meno di comprarli, voi come campate?” Questa domanda ci viene fatta sovente, il più delle volte seguita da quest’osservazione: “Ma il copyright è necessario, bisogna pure tutelare l’autore!”.

Questo genere di enunciati rivela quanto fumo e quanta sabbia la cultura dominante (basata sul principio di proprietà) e l’industria dell’entertainment siano riuscite a gettare negli occhi del pubblico. Nei media e negli encefali imperversa l’ideologia confusionista in materia di diritto d’autore e proprietà intellettuale, anche se il rinascere dei movimenti e le trasformazioni in corso la stanno mettendo in crisi. Fa comodo solo ai grassatori e ai parassiti d’ogni sorta far credere che “copyright” e “diritto d’autore” siano la stessa cosa, o che la contrapposizione sia tra “diritto d’autore” e “pirateria”. Non è così.

I libri del collettivo Wu Ming sono pubblicati con la seguente dicitura: “E’ consentita la riproduzione, parziale o totale, dell’opera e la sua diffusione per via telematica a uso personale dei lettori, purché non a scopo commerciale”. Alla base c’è il concetto di “copyleft” inventato negli anni Ottanta dal “free software movement” di Richard Stallman e compagnia e ormai diffusosi in tanti settori della comunicazione e della creatività, dall’informazione scientifica alle arti.



“Copyleft” (denso gioco di parole intraducibile in italiano) è una filosofia che si traduce in diversi tipi di licenze commerciali, la prima delle quali è stata la GPL [GNU Public License] del software libero, nata per tutelare quest’ultimo e impedire che qualcuno (Microsoft, per fare un nome a caso) si impadronisse, privatizzandoli, dei risultati del lavoro di libere comunità di utenti (per chi non lo sapesse, il software libero è a “codice-sorgente aperto”, il che lo rende potenzialmente controllabile, modificabile e migliorabile dall’utente, da solo o in collaborazione con altri).

Se il software libero fosse rimasto semplicemente di dominio pubblico, prima o poi i

rapaci dell'industria ci avrebbero messo sopra le grinfie. La soluzione fu *rivoltare il copyright come un calzino*, per trasformarlo da ostacolo alla libera riproduzione a suprema garanzia di quest'ultima. In parole povere: io metto il copyright, quindi sono proprietario di quest'opera, dunque approfitto di questo potere per dire che con quest'opera potete farci quello che volete, potete copiarla, diffonderla, modificarla, però non potete impedire a qualcun altro di farlo, cioè non potete *appropriarvene* e fermarne la circolazione, non potete metterci un copyright a vostra volta, perché ce n'è già uno, appartiene a me, e io vi rompo il culo.

In concreto: un comune cittadino, se non ha i soldi per comprare un libro di Wu Ming o non vuole comprarlo a scatola chiusa, può tranquillamente fotocopiarlo o passarlo in uno scanner con software OCR, o — soluzione molto più comoda — scaricarlo gratis dal nostro sito www.wumingfoundation.com. Questa riproduzione non è a fini di lucro, e noi la autorizziamo. Se invece un editore estero vuole farlo tradurre e metterlo in commercio nel suo paese, o se un produttore cinematografico vuole farci il soggetto di un film, in quel caso l'utilizzo è a fini di lucro, quindi questi signori devono pagare (perché è giusto che ci “lucriamo” anche noi altri, che il libro l'abbiamo scritto).

Tornando alla domanda iniziale: ma noi non ci perdiamo dei soldi?

La risposta è un secco no. Sempre più esperienze editoriali dimostrano che la logica “copia piratata = copia non venduta” di logico non ha proprio niente. Altrimenti non si capirebbe come mai il nostro romanzo *Q*, scaricabile gratis ormai da tre anni, sia arrivato alla dodicesima edizione e abbia superato le duecentomila copie di venduto.

In realtà, nell’editoria, più un’opera circola e più vende. Autorevoli esempi ci vengono dagli USA — che pure sono un paese ossessionato dalla proprietà intellettuale — e li ha esposti con cristallina precisione il mio collega Wu Ming 2 in un articolo che potete leggere qui: http://www.wumingfoundation.com/italiano/Giap/giap2_IV.html#copyright1

Anche senza scomodare il Massachusetts Institute of Technology, basta spiegare in soldoni cosa succede coi nostri libri: un utente X si collega al nostro sito e scarica, mettiamo, 54; lo fa dall’ufficio o dall’università, e quivi lo stampa, non spendendoci una lira; lo legge e gli piace; gli piace talmente tanto che decide di regalarlo, e non può certo fare la figura di regalare una risma di fogli A4! Indi ragion per cui, va in libreria e lo compra. Una copia “piratata” = una copia

venduta. C'è chi ha scaricato un nostro libro e, dopo averlo letto, lo ha regalato almeno sei o sette volte. Una copia “piratata” = più copie vendute. Anche chi non regala il libro, perché è in bolletta, comunque se gli piace ne parla in giro e prima o poi qualcuno lo comprerà o farà come descritto sopra (download-lettura-acquisto-regalo). Se a qualcuno il libro non piace, almeno non ha speso un centesimo.

In questo modo, come succede per il software libero e per l'Open Source, si concilia l'esigenza di un giusto compenso per il lavoro svolto da un autore (o più genericamente di un lavoratore della conoscenza) con la tutela della riproducibilità dell'opera (vale a dire del suo *uso sociale*). Si esalta il diritto d'autore deprimendo il copyright, alla faccia di chi crede che siano la stessa cosa.

Se la maggior parte degli editori non si è ancora accorta di questa realtà ed è ancora conservatrice in materia di copyright, è per questioni più ideologiche che mercantili, ma crediamo non tarderà ad accorgersene. L'editoria non è a rischio di estinzione come l'industria fonografica: diverse le logiche, diversi i supporti, diversi i circuiti, diverso il modo di fruizione, e soprattutto l'editoria non ha ancora perso la testa, non ha reagito con retate di massa, denunce e processi alla grande rivoluzione tecnologica che “democratizza” l'accesso ai mezzi

di riproduzione. Fino a qualche anno fa un masterizzatore di cd lo aveva a disposizione solo una sala d'incisione, oggi ce l'abbiamo in casa, nel nostro personal computer. Per non parlare del *peer-to-peer* etc. Questo è un cambiamento irreversibile, di fronte al quale tutta la legislazione sulla proprietà intellettuale diventa obsoleta, va in putrefazione.

Quando il copyright fu introdotto, tre secoli fa, non esisteva alcuna possibilità di "copia privata" o di "riproduzione non a fini di lucro", perché solo un editore concorrente aveva accesso ai macchinari tipografici. Tutti gli altri potevano solo mettersi l'anima in pace e, se non potevano comprarseli, semplicemente rinunciare ai libri. Il copyright non era percepito come anti-sociale, era l'arma di un imprenditore contro un altro, non di un imprenditore contro il pubblico. Oggi la situazione è drasticamente cambiata, il pubblico non è più obbligato a mettersi l'anima in pace, ha accesso ai macchinari (computer, fotocopiatrici etc.) e il copyright è un'arma che spara nel mucchio.

Ci sarebbe anche un altro discorso da fare, spostandosi ancora più a monte: noi partiamo dal riconoscimento della genesi sociale del sapere. Nessuno ha idee che non siano state direttamente o indirettamente influenzate dalle relazioni sociali che intrattiene, dalla comunità di cui fa parte etc.

e allora se la genesi è sociale anche l'uso deve rimanere tale. Ma questo è un discorso troppo lungo. Spero di essermi spiegato bene. Per ulteriori chiarimenti:
giap@wumingfoundation.com

Per ulteriori chiarimenti (lista di link a cura di Wu Ming 1 e Wu Ming 2):

Che cos'è la SIAE e come viene gestita:

<http://www.report.rai.it/2liv.asp?s=82>

Il copyleft: una spiegazione esauriente:

<http://www.internazionale.it/copyleft.html>

Sul software libero:

<http://www.gnu.org/home.it.html>

<http://www.softwarelibero.it/>

Archivio di libri scaricabili gratis (italiano):

<http://www.liberliber.it/>

Il più grande archivio on-line di materiali di pubblico dominio:

<http://www.archive.org/>

Per tenersi aggiornati su queste tematiche:

<http://www.zeusnews.it/>

<http://www.puntoinformatico.it/>

<http://www.quintostato.it/>

<http://www.apogeonline.com/>

La prima casa editrice di narrativa a mettere tutti i suoi titoli scaricabili gratis:

<http://www.baen.com/>

Il progetto del MIT per mettere on-line tutto il materiale didattico dei corsi:

<http://ocw.mit.edu/>

Sito sul *peer-to-peer*, esperimenti di "editoria libera", copyleft nell'industria dell'intrattenimento:

<http://www.openp2p.com/>

Copyleft Explained To Children

Clearing Our Minds of Misunderstandings

**by Wu Ming 1, *Il Mucchio selvaggio* #526, 25 March
2003**

“But... if anyone may copy your books and do without buying them, how do you earn your living?”

People ask us this question quite often, nearly always adding this remark: “Copyright is necessary, an author’s work must be protected!”.

This kind of utterances shows how much smoke and sand the ruling culture (based on the proprietary principle) and entertainment corporations have been able to blow in the eyes of the public. As regards authors’ rights and intellectual property, confusionist ideology still prevails in the media as well as in our brains, although it’s passing through a crisis thanks to the rebirth of movements and the ongoing transformations. Only bloodsuckers and parasites benefit from a view that mistakes “copyrights” for “authors’ rights” and sets the latter against “piracy”. This is very far from truth.

The books by the Wu Ming collective are published with a particular notice: “Partial or total reproduction of this book and its diffusion in electronic form are consented for non-commercial purposes, provided that this notice is included”. This notice is based on the concept of “copyleft”, which was invented in the 1980’s by Richard Stallman and the Free Software Movement and is being applied in other realms of communication, science information, creative writing and arts.



“Copyleft” is a dense and untranslatable pun denoting a philosophy and a set of peculiar licenses. The first one was the GPL [GNU Public License], which was devised to protect free software and prevent third parties (an example at random: Microsoft) from appropriating and privatizing the work of self-managed communities of users and programmers. For those who don’t know it, free software has an open source-code that can be checked, modified and improved by a user, either individually or in collaboration with others.

Had it remained simply in the public domain, sooner or later free software would have fallen into the clutches of corporate predators. The

solution was to *turn copyright rightside left*: what had been an obstacle to free reproduction became the prime guarantee of it. In plain words: I put a copyright on my work, therefore I am the owner, and I avail myself of this and permit people to use my work any way they want: they can copy it, change it and spread it. The only thing they cannot do is forbidding someone else to do the same, i.e. no-one may appropriate the work and limit its circulation, no-one may put a copyright on it because there is already one, it belongs to me and I'm gonna kick the shit out of you.

Any ordinary person who either has no money to purchase a Wu Ming's book or doesn't want to buy it blindfolded may photocopy it, OCR-scan it, or (a rather convenient way) download it free of any charge from our website www.wumingfoundation.com. Since this reproduction is not for profit, it's perfectly OK with us. However, if a foreign publisher wants to translate the book and put it on sale in their country, or a producer wants to make a movie out of it, that's a reproduction for the sake of gain, which means these people have to contact us and pay, for it is right that *we too* make a profit. After all, it was us who wrote the book.

Now let's go back to *the* question: are we not losing money?

No, we are not. Ever more examples are disproving the equation between “piracy” and the decrease in sales. Otherwise the Italian edition of our novel Q, which can be downloaded free of charge since 2000, wouldn’t have had twelve reprints and, what’s more, wouldn’t have sold over 200,000 copies.

In actual fact, the more a book circulates, the more it sells. Important experiences take place even in a country that’s *obsessed* with intellectual property: the US of A. My comrade Wu Ming 2 effectively described them in an article you can read here.

It is sufficient to explain what’s happening with our books: someone logs on our website and downloads a novel, e.g. 54. If they do it from an office, or from a college, they may even print it for free. If they read it and enjoy it, they may as well want to present friends with it. Nobody would present a friend with a pile of A4 sheets, most likely they’ll go to a bookstore and purchase a copy, which draws a new equation: one “pirated” copy = one purchased copy. Some people e-mailed us and wrote that they bought six or seven copies for presents. One “pirated” copy = several purchased copies. Even those who don’t have money for presents happen to mention and praise the book during conversations, sooner or later someone else will take the advice and buy it, or

download it. As regards the people who don't like the book, at least they didn't spend a cent.

This way, as happens with free software and Open Source, we manage to reconcile the need to reward authors (or, more generally speaking, brainworkers) for their work with the guarantee of its free reproduction and social use.

The majority of publishers have not yet become aware of this situation and are still very conservative as far as copyright is concerned. The reasons of such a short-sightedness are more ideological than economical. We believe publishers are about to open their eyes. Unlike the record industry, the book industry is not facing extinction, for it operates in an entirely different context. Publishers have not yet gone completely insane, they are not pig-headedly opposing the big revolution which is "democratizing" the access to the technologies of reproduction. Until a few years ago only recording studios owned masterizers and CD-burners; nowadays we all have them in our homes. And what about P2P file sharing? In the face of this irreversible change, all the present legislation on intellectual property is already obsolescent, it's in decay.

When copyright was invented, about three centuries ago, there was no possibility of a

“private copy” or a “reproduction for non-commercial purposes”: only a competing publisher could use a printing press. Copyright was not perceived as anti-social, it was a publisher’s weapon against competitors, not against the public. Nowadays the situation has drastically changed, the public has access to machines (computers, photocopiers etc.) and copyright turned to a weapon shooting in the crowd.

There are many more things to say, and we ought to go back to basics: all knowledge is generated socially. All ideas are either directly or indirectly shaped by the social relations we maintain, by the communities we’re part of. If the genesis of knowledge is social, than its use is to remain social. This is a long story though. I hope I explained myself. For further info: giap@wumingfoundation.com

For further details:

Copyleft as explained in [The New Scientist](#)

<http://www.newscientist.com/hottopics/copyleft/copyleftart.jsp>

On Free Software

<http://www.gnu.org/>

The biggest on-line archive of public domain material

<http://www.archive.org/>

The first publisher to build a free-of-charge on-line library

<http://www.baen.com/>

The MIT Open CourseWare project

<http://ocw.mit.edu/>

A team working on a new set of open copyright licenses

<http://www.creativecommons.org/>

Peer-to-peer, experinents in "free publishing", copyleft in the publishing industry

<http://www.openp2p.com/>

El copyleft explicado a los niños

Para desmontar algunos equívocos

**por Wu Ming 1, *Il Mucchio selvaggio*, número 526,
25 de Marzo de 2003**

Traducción de José Luis Aznarte M.

“Pero... Si cualquiera puede copiar vuestros libros y pasar sin comprarlos, ¿de qué coméis vosotros?” Esta pregunta nos es hecha a menudo, la mayor parte de las veces seguida de la observación siguiente: “El copyright es necesario, ¡hace falta proteger a los autores!”

Este género de afirmaciones revela cuánto humo y cuánta arena ha conseguido arrojar la cultura dominante (basada en el principio de propiedad) y la industria del entretenimiento a los ojos del público. En los medios y en nuestras mentes se perpetúa la ideología confusionista en materia de derechos de autor y propiedad intelectual, pese a que el renacer de los movimientos y la transformación en curso la estén poniendo en crisis. Sólo a parásitos y gorriones conviene hacer creer que “copyright” y “derecho de autor” son la misma cosa, o que

exista la contraposición entre “derecho de autor” y “piratería”. No es así.

Los libros del colectivo Wu Ming son publicados bajo la siguiente nota: “Está permitida la reproducción total o parcial de esta obra y su difusión telemática siempre y cuando sea para uso personal de los lectores y no con fines comerciales”. Esta nota está basada en el concepto de “copyleft”, inventado en los años ochenta por el “movimiento por el software libre” de Richard Stallman y compañía, y está siendo aplicado en muchos sectores de la comunicación y la creatividad, de la divulgación científica y de las artes.



“Copyleft” (un denso juego de palabras intraducible) es una filosofía que se traduce en diversos tipos de licencias comerciales, la primera de las cuales fue la GPL [GNU Public License] del software libre, nacida para tutelar a éste último e impedir que nadie (por ejemplo Microsoft) se apropie y privatice los resultados del trabajo de comunidades libres de usuarios y programadores. Para quien no lo sepa, el software libre se caracteriza por tener el “código abierto”, lo que lo hace potencialmente

controlable, modificable, mejorable y copiable por los usuario.

Si el software libre hubiera sido simplemente de dominio público, antes o después hubiera caído bajo el control de los buitres de la industria. La solución fue revertir el copyright como si de un calcetín se tratase, haciendo que pasase de ser un obstáculo a la libre reproducción a ser la garantía suprema de ésta última. En palabras llanas, si yo pongo copyright sobre mi obra, yo soy su propietario, y éste hecho me otorga poderes suficientes para decir que con dicha obra tú puedes hacer lo que te plazca. Puedes copiarla, difundirla, modificarla etc. Lo que no te está permitido hacer es prohibir que otro haga lo mismo, es decir, no puedes apropiarte de ella e impedir su libre circulación: no puedes poner copyright sobre ella, porque ya hay uno puesto y me pertenece, y además si lo haces te buscas la ruina y te las ves conmigo.

En resumen, un ciudadano normal, que no tiene dinero para comprar un libro de Wu Ming, o que no quiere comprarlo encuadernado, puede tranquilamente fotocopiarlo, escanearlo usando OCR o —solución mucho más cómoda— descargarlo gratis de nuestro sitio web www.wumingfoundation.com. Esta reproducción no es con ánimo de lucro, y por tanto está perfectamente autorizada por nosotros. Ahora

bien, si un editor extranjero quiere hacerlo traducir y comercializarlo en su país, o si un productor cinematográfico quiere trasladarlo a la gran pantalla, eso es una reproducción con ánimo de lucro, y por tanto estos señores deberán ponerse en contacto con nosotros y pagarnos una cantidad, porque es justo que nos “lucremos” nosotros también, ya que el libro lo hemos escrito nosotros.

Volviendo a la pregunta inicial: ¿no estamos perdiendo dinero?

La respuesta es simplemente no. Cada vez más experiencias editoriales demuestran que la lógica “copia pirata = copia no vendida” no tiene nada de lógica. Si no fuera así, no se comprendería el hecho de que nuestra novela Q, descargable gratuitamente desde hace tres años, haya llegado a la duodécima edición y haya superado las doscientas mil copias vendidas.

En realidad, en el ámbito editorial, cuanto más circula una obra, más vende. Otros ejemplos de ésto vienen incluso de un país obsesionado con la propiedad intelectual como es EEUUA, y han sido descritos con cristalina precisión por mi colega Wu Ming 2 en un artículo que puede leerse aquí: http://www.wumingfoundation.com/italiano/Giap/giap2_IV.html#copyright1.

Incluso sin incomodar al Massachusetts Institute of Technology, basta con explicar lo que está pasando con nuestros libros. Un usuario X se conecta a nuestro sitio y descarga, digamos, 54. Si lo hace desde el trabajo o la universidad y lo imprime allí, no se gasta un duro. X lo lee, y le gusta. Le gusta de tal manera que decide regalarlo, y por supuesto no puede presentarse en la fiesta de cumpleaños con un tocho de folios A4. Por tanto, se encamina a la librería y lo compra. Una copia “pirateada” = una copia vendida. Hay quien ha descargado nuestro libro y, a continuación de leerlo, lo ha regalado seis o siete veces. Una copia “pirateada” = varias copias vendidas. Incluso aquellos que no tienen dinero para regalos comentan a otros que han leído el libro y que les ha gustado, con lo que tarde o temprano alguien lo comprará o seguirá el proceso anteriormente descrito (descarga-lectura-compra-regalo). Si hay alguien a quien el libro no le gusta, por lo menos no se habrá gastado ni un céntimo.

De este modo, como sucede con el software libre y con el *Open Source*, se reconcilia la exigencia de una justa recompensa por el trabajo realizado por un autor (o más precisamente por un trabajador del saber) con la salvaguarda de la reproducibilidad de la obra (es decir, de su *uso social*). Se exalta el derecho de autor reprimiendo

al copyright, en la cara de los que creen que son la misma cosa.

Si la mayoría de las editoriales no se han percatado todavía de esta realidad y son conservadoras en materia de copyright es por cuestiones más ideológicas que mercantiles, aunque creemos que no tardarán en abrir sus ojos. El mercado editorial no está en riesgo de extinción como la industria discográfica: son distintas las lógicas, son distintos los soportes, son distintos los circuitos, la forma de consumo también es diferente, y, sobre todo, el mercado editorial no ha perdido todavía la cabeza, no ha reaccionado con redadas en masa, denuncias y procesos a la gran revolución tecnológica que “democratiza” el acceso a los medios de reproducción. Hace unos cuantos años, una grabadora de CDs estaba disponible únicamente para un estudio de grabación, mientras que hoy la tenemos en casa, en nuestro ordenador personal. Por no hablar del *peer-to-peer* etc. Esto es un cambio irreversible, frente al cual toda la legislación sobre propiedad intelectual se convierte en obsoleta, se queda en estado de putrefacción.

Cuando se inventó el copyright, hace tres siglos, no existía ninguna posibilidad de “copia privada” o de “reproducción sin ánimo de lucro”, ya que sólo un editor tenía acceso a la

maquinaria tipográfica. Los demás estaban obligados a renunciar al libro si no podían comprarlo. El copyright no era percibido como anti-social, era el arma de un empresario contra otro, no de un empresario contra el público. Hoy la situación ha cambiado drásticamente, el público ya no está obligado a comprar, tiene acceso a la maquinaria (computadores, fotocopadoras, ...) y el copyright es un arma que dispara contra la multitud.

Quedan muchas cosas que decir, y debemos volver a lo básico: partimos del reconocimiento de la génesis social del saber. Nadie tiene ideas que no hayan sido directa o indirectamente influenciadas por las relaciones sociales que mantiene en las comunidades de las que forma parte, y si la génesis es social, el uso debe permanecer social a su vez. Pero esto es otra larga historia. Espero haberme explicado bien. Para más información: giap@wumingfoundation.com.

Para más detalles, enlaces en Castellano (i Català) sobre el copyleft y el software libre:

Textos sobre el copyleft:

<http://www.sindominio.net/copyleft/textos.html>

Free Software Foundation:

<http://www.gnu.org/home.es.html>

<http://www.gnu.org/home.ca.html>

Debian:

<http://www.es.debian.org/international/Spanish>

<http://www.es.debian.org/international/Catalan/>

Hispalinux

<http://www.hispalinux.es/>

© copyleft 2003 — Wu Ming

Versão para eBook
eBooksBrasil.com

Maio 2003

©left

“É permitida a reprodução, parcial ou total, da obra e a sua difusão por via telemática para uso pessoal dos leitores, desde que não com finalidade comercial”.

capiscou?